

Revista

Socialismo & Liberdade

Edição Março de 2023

Entrevista

Sônia Guajajara

É preciso
“reflorestar
-mentes”

Justiça por Marielle

Um feminicídio
político que desafia a
democracia brasileira

Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco FLCMF Dezembro de 2022

Presidenta da FLCMF
Natália Szermeta
Diretor Financeiro da FLCMF
Stenio Matheus de Moraes
Diretora Técnica da FLCMF
Sara Azevedo
Conselho Curador da FLCMF
Luiz Araújo - Presidente
Aurea Augusta
Zeneide Nazaré
Haroldo Sabóia
Mário Azeredo
Marcelo Badaró
Honório Rêgo

Conselho Fiscal da FLCMF
Alexandre Varela - Presidente
Miguel de Carvalho
Leandro Tavares

Revista Socialismo e Liberdade

Editor-Chefe
Joselicio Junior

Sub-editor
Fernando Silva 'Tostão'

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão
Severino Souto Alves
Wendell Cristiano

Diagramação
WHIZZ e HPDesign

Organização
Mariana Le Mener

Revisão
Dafne Melo

Secretariado
Rute Barbosa

Capa

Foto @gabrielrquintao e @sampaio_foto
Maquiagem @micamake
Pintura @yunakaelly
Studio @caramujo_studio

SUMÁRIO

Análise	A tentativa de golpe que fechou o ciclo de outro Kenarik Boujikian	04
8M	Pela vida das mulheres, em defesa da democracia Setorial de mulheres do PSOL	08
Marielle	Um feminicídio político que desafia a democracia brasileira Renata Souza e Talíria Petrone	12
Mundo	Francia Márquez: da luta pelas comunidades negras à vice-presidência da Colômbia Geinne Monteiro de Souza Guerra	16
Entrevista	É preciso reflorestar-mentes Sonia Guajajara	20
Economia	O Brasil que podemos ser Camila de Caso	30
Reportagem	PSOL avança na representação de mulheres no congresso	32
Cultura	Dicas de leituras e filmes Bárbara Krauss	36
Poesia	- Mulher indígena na política - Marielle presente! resistência Márcia Wayna Kambeba	37

EDITORIAL

A primeira edição de 2023 da Revista Socialismo e Liberdade chega em março, mês emblemático para a luta das mulheres no Brasil e no mundo, luta esta que passa por equidade salarial, combate à violência, liberdade sobre o próprio corpo, representatividade política e combate às desigualdades que atravessam as mulheres trabalhadoras.

Março também é marcado pela data em que ocorreu o brutal assassinato de nossa companheira Marielle Franco e de Anderson Gomes, que neste ano completa meia década, e segue sem esclarecimentos em relação aos mandantes do crime. Continuaremos lutando por justiça, como também continuaremos levando adiante o legado de Marielle, que tanto nos orgulha e que segue encorajando tantas mulheres negras a entrarem na política.

Outro aspecto conjuntural fundamental é que estamos prestes a completar os primeiros 100 dias do governo Lula, período em que já é possível ver desafios importantes para a esquerda brasileira. Uma semana após a belíssima posse, os ataques do dia 8 de janeiro demonstraram que Bolsonaro foi derrotado, mas o bolsonarismo segue sendo uma força social relevante que precisa ser combatida.

Do ponto de vista econômico tivemos o embate de Lula com o presidente do Banco Central sobre a taxa de juros, demonstrando a resistência de setores

das elites em aceitar um arranjo econômico que inclua os mais pobres. Houve também medidas de grande impacto popular como o aumento real do salário mínimo, a atualização da tabela do Imposto de Renda e um programa de renegociação de dívidas, além da retomada de obras públicas e programas sociais que podem alavancar o crescimento econômico.

É nítido, porém, que os movimentos sociais terão um papel central no próximo período na disputa dos rumos do governo, como se vê, neste momento, no debate sobre o novo Ensino Médio, assim como teremos um grande embate no parlamento relacionados à reforma tributária, no qual será central a pressão pela taxa das grandes fortunas.

É diante de todo esse cenário que construímos essa edição escrita só por mulheres. Apresentamos uma análise da tentativa de golpe no dia 8 de janeiro, uma contribuição do setorial de mulheres do PSOL sobre a agenda feminista do período, e um texto em homenagem à Marielle. Também trazemos o perfil de Francia Márquez (primeira mulher negra a assumir a vice-presidência da Colômbia), uma reportagem sobre as mulheres do PSOL no parlamento, uma análise sobre o cenário econômico e duas sessões novas de cultura e literatura.

Por fim, trazemos na capa a nossa companheira de partido Sônia Guajajara que assumiu

© Wendell Cristiano



Natália Szermeta, presidenta da Fundação Lauro Campos Marielle Franco na cerimônia de solenidade à Marielle. *"Marielle Franco, Presente, hoje e sempre!"*

o inédito Ministério dos Povos Indígenas e que nos recebeu em seu gabinete para falar do papel dos povos indígenas na agenda das emergências climáticas, os desafios do novo Ministério e também trouxe um relato sobre o que vivenciou in loco com os povos Yanomami.

Espero que gostem, uma ótima leitura! ■

Saudações socialistas!
Natália Szermeta

A TENTATIVA DE GOLPE QUE FECHOU O CICLO DE OUTRO



Kenarik Boujikian

Desembargadora aposentada do TJ-SP, cofundadora da Associação Juizes para a Democracia (AJD) e Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD).

O dia 8 de janeiro de 2023 entra na história brasileira como um marco e ao mesmo tempo uma data simbólica de uma etapa da vida do povo brasileiro na qual se tenta um golpe contra o povo, contra o Estado Democrático de Direito, mas, ao mesmo tempo, fixa novos rumos e reforça os princípios democráticos na exata medida da alta repulsa gerada pelos acontecimentos desse dia.

Impossível não passar diante dos olhos, em instantâneos, as imagens dos prédios que sediam os Poderes da República,

localizados na Praça dos Três Poderes, absolutamente destruídos por atos bárbaros, selvagens e criminosos.

É importante que essas imagens do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) vandalizados permaneçam vivas nas nossas memórias, para que tais atos nunca mais se repitam.

Nos primeiros momentos, as cenas são assustadoras, sobretudo porque não se vê nenhuma reação do Estado, que deveria se fazer presente por meio das forças de seguran-



© Joedison Alves/Agencia Brasil

ça, nos termos do artigo 144 da Constituição Federal (CF), para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Fomos tomados pela incredulidade diante da avassaladora depredação de espaços públicos da maior significação para a República e a concomitante inação. O objetivo foi criar um ambiente de caos, para que se desse espaço para outras intervenções, não constitucionais.

As autoridades de segurança estavam cientes, pois foi previamente anunciado que atos violentos seriam praticados contra os poderes instituídos, porém como salientou o ministro do STF Alexandre de Moraes, no processo em curso, “a omissão e conivência de diversas autoridades da área de se-

gurança e inteligência ficaram demonstradas” - e nada justifica a omissão e conivência de tais autoridades.

Algumas poucas horas se passaram e a primeira resposta institucional veio contundente e na medida necessária. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, decretou a intervenção federal na Segurança Pública do Distrito Federal, tratando-se de instituto constitucional de exceção e de caráter temporário, pois apenas em sete situações específicas e predeterminadas, estabelecidas nos sete incisos do artigo 34 da CF, é possível sua utilização, por decisão do mais alto mandatário do país, e sujeita à deliberação posterior pelo Poder Legislativo. A intervenção limitou-se à Segu-

Golpistas invadem prédios públicos na praça dos Três Poderes. Na foto, carros da Polícia Legislativa são depredados por vândalos em frente ao Congresso Nacional

rança Pública, com termo final fixado para o dia 31 de janeiro. Seu escopo era:

“Artigo 1º, § 2º... pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado no Distrito Federal, marcada por atos de violência e invasão de prédios públicos e pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública”.

Jamais vivenciamos fatos tão violentos na história brasileira, em que uma parcela da população é tomada por arroubos antidemocráticos a ponto de

invadir os espaços símbolos da democracia. Tratou-se de um fato verdadeiramente sem precedentes na história brasileira.

Da mesma forma que presenciávamos os fatos em tempo real, em todos os cantos do Brasil, por todas as formas de comunicação, também vimos a reação institucional.

Mais relevante do que a imagem de terra arrasada e de caos é a imagem da descida da rampa do Planalto, protagonizada pelo do presidente Lula e os presidentes das duas casas do Congresso e do Supremo, além de outros ministros do STF e parlamentares, junto com os governadores de todas as unidades federativas, para reafirmar os valores éticos da nossa democracia e repudiar o ataque sofrido pelos poderes republicanos.

O repúdio chegou de todos os lados, de todos os segmentos sociais e também da comunidade internacional, quase que instantaneamente.

Apenas como exemplo destaque, a nota de dez ex-presidentes do STF que registraram imediatamente a indignação veemente em relação à “tentativa de **abolição violenta do Estado Democrático de Direito, de golpe** contra esse Estado mesmo, além de terrorismo e depredação do patrimônio físico, histórico, artístico e cultural assim da Nação brasileira como da própria humanidade. Com esse mesmo

firme propósito, externamos o nosso apoio às medidas investigativas, cautelares e de prisão em flagrante até agora adotadas pelos três respeitáveis Poderes da União, no sentido de chamar à **devida responsabilidade civil, penal, política e administrativa** todos quantos se atreveram a conceber, fomentar, financiar e, por ação ou omissão, realizar tão repulsivo e odioso atentado às instituições democráticas” (grifo meu).

O 8 de janeiro é o limite da barbárie, que começou a ser construída antes, bem antes. Não se trata de episódio único, isolado, mas parte do que já vinha sendo preparado, tendo a criminalização da política como ferramenta. Dessa fase, podemos apontar o golpe (chamado por alguns de impeachment) da presidenta Dilma Roussef, em 2016, como marco inicial. Foi o instrumento que usaram para estancar um projeto que estava em curso desde 2003.

Logo após o golpe contra Dilma, as razões ficam mais claras e para isso basta ver o que fizeram com as destinações oriundas da exploração do pré-sal, o congelamento do orçamento, as propostas na área da educação, a base de Alcântara, o ataque à Previdência Social para privilegiar a previdência privada etc.

A eleição de Bolsonaro em 2018 só radicaliza as ações antidemocráticas que passam a se acumular progressivamente e levam a um autoritarismo crescente.

Lembremos que o Brasil pós ditadura civil militar (1964-1985), reconstruiu-se sobre a base de um Estado Democrático de Direito fundado no princípio da soberania popular.

A democracia que o Estado Democrático de Direito realiza há de ser um processo de convivência social numa sociedade livre, justa, pluralista e solidária na qual o poder emana do povo e deve ser exercido em proveito do povo.



© Joedson Alves/Agência Brasil

Estátua da Justiça, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), pichada

Pluralista porque deve respeitar a pluralidade de ideias, culturas e etnias e pressupõe o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes, e a possibilidade de convivência entre formas de organização e interesses diversos na sociedade, com reconhecimento de direitos individuais, políticos e sociais que busquem a garantia de condições econômicas que favoreçam seu pleno exercício, superando desigualdades sociais e regionais. Tudo escrito pelos constituintes de 1988, dentre os fundamentos da República, seus objetivos e princípios (artigos 1º, 3º e 4º da CF).

O objetivo ético do Brasil é, em última análise, a realização do princípio democrático como garantia geral dos direitos fundamentais da pessoa humana; dos direitos humanos.

É obrigatório reconhecer que os governos progressistas, que se iniciaram em 2003, foram os que tiveram ações que mais se aproximam desse projeto de país, quando, por exemplo, retiraram milhões de brasileiros da chamada linha da miséria e fome.

E todos os atos que culminaram com os atos terroristas de 8 de janeiro de 2023 são, em verdade, contra esse projeto, contra o conteúdo do nosso Estado Democrático de Direito.

Após o golpe contra Dilma, o grande marco foi a prisão do presidente Lula e a vedação de sua candidatura nas eleições de 2018, como forma de fazer valer o projeto de horror e barbárie, pois baseado na supressão de direitos. Usaram como pano de fundo uma narrativa basea-

da no lavajatismo que, por sua vez, trazia consigo o autoritarismo e o próprio bolsonarismo, que levou o país ao fundo do poço, à selvageria e ao limiar do rompimento democrático.

As democracias precisam ser cuidadas. Não se trata de exclusividade brasileira, como pode se constatar pelo relatório de 2022, do Instituto V-Dem, da Universidade de Gotemburgo, Suécia, que se dedica a medir a democracia. Entre tantos dados, mostra que: há quase paridade entre países autoritários e democráticos; no período de cerca de uma década, 35 países deixaram de ser democráticos; a grande maioria das populações – sete em cada dez indivíduos – está sob as asas de regimes não considerados plenamente democráticos¹.

Precisamos cuidar da democracia brasileira

Uma resposta à altura do que ocorreu está sendo dada no campo jurídico penal, com averiguação e processamento dos que incidiram em tantos delitos, especialmente nos crimes previstos na Lei nº 14.197/21, que revogou a Lei de Segurança Nacional, e trata de delitos que atentam contra o Estado Democrático de Direito. Temos, ainda, as ações civis de reparação que estão sendo propostas pela Advocacia Geral da União (AGU).

A resposta no campo jurídico é essencial, mas não pode ser exclusiva.

O campo da política necessita de maior atenção e dedicação.

O dia 8 foi o marco estertor do golpe que se iniciou com

o golpe contra uma mulher, a presidenta da República, Dilma Roussef.

O que importa agora, fechado esse ciclo, é concretizar o projeto de Brasil que está na Constituição.

E uma linda imagem que fica para mim foi a que vi quando estive pela primeira vez no Palácio do Planalto, após a tentativa de golpe, no dia 13 de fevereiro. O vidro de uma das janelas ainda estava estilhaçado, havia janelas com tapumes de madeira, um quadro esfaqueado, mas o que mais chamou a atenção foi que havia um mar de catadores, de todos os cantos do país que tomaram o saguão e lá estavam para a assinatura de dois decretos assinados por Lula: o primeiro institui o Programa Diogo Sant’ana Pró-Catadoras e Catadores para a Reciclagem Popular (extinto no governo anterior) e o segundo decreto, com foco na atividade de reciclagem.

Essa é a verdadeira democracia que precisa ser construída, aquela que põe os brasileiros no centro do Estado; aquela que não permitirá crianças passando fome e milhões de brasileiros sem poder se alimentar; aquela que não tolerará milhões de desempregados; aquela na qual todos tenham acesso à água, rede de esgoto, energia elétrica, educação, saúde etc.

Fechamos o ciclo, sigamos cuidando da democracia para que outros não se abram; sigamos nessa construção democrática com o povo, pois é ele que a faz! ■

¹ disponível em: <https://www.v-dem.net/>

PELA VIDA DAS MULHERES, EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Setorial Nacional de Mulheres do PSOL

“As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas”.

Marielle Franco

As eleições de 2022 nos trouxe a perspectiva de dias melhores. Construímos uma frente ampla para derrotar o fascismo e conseguimos eleger Lula. Essas ações reacenderam a nossa esperança. Temos a possibilidade de disputar, em melhores condições, um projeto de país soberano e menos desigual e construir espaço para pautar um outro projeto de país que tenha por base o respeito à dignidade humana, a garantia da vida das mulheres e a retomada de investimento em políticas públicas essenciais em um país democrático. Estamos na

luta, juntas com diversas frentes e movimentos sociais, pelo revogação das medidas antidemocráticas aplicadas pelo (des) governo anterior que atacam os nossos direitos.

Desde o golpe de 2016 vivenciamos a implementação de uma agenda de destruição dos direitos sociais da população brasileira e de retrocesso nas políticas públicas, sobretudo as voltadas para as mulheres e meninas. Os últimos quatro anos foram de aprofundamento da pauta ultraconservadora com diversas iniciativas que ampliaram o abismo em relação à desigualdade entre

Manifestação Mulheres contra Bolsonaro no Largo da Batata, região oeste de São Paulo

homens e mulheres, nas suas diversas esferas da sociedade. Nosso país, que há muito atua no âmbito internacional na perspectiva de garantia dos direitos humanos, passou a associar-se a países conservadores e a restringir esses direitos, com ênfase na restrição dos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+

As agendas do 8M foram e continuam sendo marcadas pelas lutas em defesa da vida das mulheres, pela democracia e pela perspectiva de que os movimentos sociais tenham espaço de disputa em relação às políticas públicas. A derrota da extrema direita nas urnas nos deu a tarefa de reconstruir o Brasil a partir das lentes de gênero, com um projeto feminista, antimachista, antilgbtfóbico, antirracista, anticapacitista e anticapitalista.

Desde o #EleNão as mulheres brasileiras vêm assumindo a linha de frente no enfrentamento ao projeto conservador, fascista e genocida no país. Para as mulheres do PSOL a retomada das pautas feministas e progressistas passam por desenvolvermos ações contra a fome, a pobreza e a carestia, assim como a denúncia da injustiça reprodutiva e da violência doméstica e institucional. A defesa da democracia aliada à unidade em torno das mobilizações de rua e das ações de solidariedade coti-



dianas junto aos movimentos sociais são centrais para que continuemos ocupando os espaços políticos e de poder.

A agenda feminista que abre as atividades de rua em 2023 chamou a atenção para o momento que vivemos, em que há nitidamente um endividamento cada vez maior das mulheres chefes de família, resultante da combinação entre trabalho precarizado, inflação alta e juros bancários recordes. Não menos importante, o número de feminicídios cresce e mulheres vêm sendo impedidas de denunciar publicamente ex-companheiros autores de violências contra elas. Essas e outras problemáticas são expressões do grave momento e dos impactos da política genocida da extrema direita na vida das mulheres.

Não estamos em tempos “normais”. Nos preocupa os

“Desde o #EleNão as mulheres brasileiras vêm assumindo a linha de frente no enfrentamento ao projeto conservador, fascista e genocida no país.”

“...somos sementes de Marielle espalhadas em todas as partes. A força do seu legado ajudou a forjar lideranças comunitárias, elegeu parlamentares mulheres em todo o país, conquistou espaços institucionais e nos movimentos sociais...”

desdobramentos da pandemia de covid-19, o esvaziamento das universidades públicas, a militarização da educação e a terrível reforma do ensino médio. A extrema direita está apontando suas armas para tudo aquilo que odeiam: mulheres, negras/os, indígenas, deficientes e população LGBTQIAPN+. Nossa tarefa foi iniciar 2023 com muita força na construção do 8M e 14M. É fundamental avançarmos na luta em defesa da democracia sem abrir mão da revolução socialista e feminista!

Foram essas as pautas e bandeiras que mobilizaram mulheres de todo o país e que movimentaram a setorial nacional de mulheres do PSOL, contribuindo para a formulação de políticas e construção dos atos de rua, atividades de formação, agitação e divulgação das lutas das mulheres. O 8M - Dia Internacional de Luta das Mulheres - é um marco na nossa agenda de lutas, promovendo o encontro de várias gerações que deram suas vidas para que possamos colher, hoje, algumas conquistas. O 8M também foi a expressão da unidade de ação consequente da frente ampla para derrotar o fascismo. Estávamos juntas nas ruas gritando numa só voz: É PELA VIDA DAS MULHERES! Faremos dessa agenda um marco para 2023, porque sem mulheres e sem feminismo não haverá revolução!

A Luta por Justiça para Marielle Franco segue sendo uma agenda fundamental para nós, Mulheres do PSOL. No dia 14 de março de 2023 completaram

5 anos da execução de Marielle Franco. A violência de Estado, a burguesia racista, LGBTfóbica, machista, assassinou nossa companheira e vereadora e também seu motorista Anderson Gomes. O objetivo desse crime foi nos calar pelo medo e exterminar nossa luta, nossa organização e nossa coragem. As atividades que marcam o 14M representam a luta em defesa da memória de Marielle e de todas as mulheres negras, LGBTQs, periféricas, que lutam por dias melhores nesse país. A agenda em defesa de justiça por Marielle é um esforço

para romper com a violência política e institucional que nos ataca cotidianamente, que fere e machuca de forma perversa pessoas negras, LGBTQIAPN+ nas periferias e nos rincões do Brasil, e barrar cada ameaça e perseguição feita contra parlamentares, principalmente mulheres negras e trans, que se reafirmam como porta-vozes da luta contra todos os tentáculos do capitalismo, sistema que aprofunda o racismo, o machismo, a LGBTfobia, o capacitismo, a crise climática, a usuração dos territórios, e demais ataques aos direitos humanos.

Construímos a agenda do 14M para evidenciar que somos sementes de Marielle espalhadas em todas as partes. A força do seu legado ajudou a forjar lideranças comunitárias, elegeu parlamentares mulheres em todo o país, conquistou espaços institucionais e nos movimentos sociais para pautar temas e reivindicações tão caras aos setores mais excluídos, invisibilizados e alvejados pelo extermínio do Estado.

Não fomos silenciadas e não seremos interrompidas!

Marielle Franco, presente!
Hoje e sempre! ■



© Rovena Rosa/Agência Brasil

Manifestação de 8 de Março de 2023, em defesa dos direitos das mulheres, na Avenida Paulista, em São Paulo

UM FEMINICÍDIO POLÍTICO QUE DESAFIA A DEMOCRACIA BRASILEIRA



Renata Souza

É mulher preta, cria da Maré, jornalista, doutora em Comunicação e Cultura, deputada estadual pelo PSOL-RJ, presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher da Alerj.



Talíria Petrone

É mulher preta de Niterói, professora de História, mestra em Serviço Social, deputada federal pelo PSOL-RJ, mãe de Moana Mayalu e Kaluanã Sol.

Do aturdimento da primeira hora, do forte desejo de que tudo não passasse de um pesadelo, a este novo 14 de março, que marca os cinco anos de nossas vidas sem Marielle Franco, não houve um dia sequer sem a sua lembrança.

Não houve um dia sem vermos o seu rosto por toda a parte, sem ouvirmos e falarmos sobre ela, sobre as suas causas e lutas, sobre esse feminicídio político que até hoje está inaceitavelmente sem solução. Quem mandou matar Marielle

talvez não tenha cogitado a potência da sua existência transcendental. Paradoxalmente, o extermínio de seu corpo coincidiu com sua transformação em ícone universal do feminismo negro e socialista.

Para nós, amigas e companheiras de lutas dessa mulher gigante, a violência política de gênero contra Marielle alterou abruptamente nossas rotas existenciais. Repentina e dolorosamente, viramos sementes, brotos, tornamo-nos girassóis - e dos grandes! Passamos a compor na política brasileira uma crescente plantação anticapitalista, feminista, negra, LGBTQIAPN+ e favelada.

Queríamos muito, do fundo de nossos corações, ter Marielle ao nosso lado agora, suas gargalhadas e pescotapas divertidos, seu abraço imenso, sua integridade de caráter e entusiasmo na luta, sua força e assertividade impressionantes diante dos desafios cotidianos. Mas o nosso compromisso agora é honrar a memória de Marielle, a filha de Dona Marinete e de seu Antônio, a mãe de Luyara, a companheira de Mônica Benício, a irmã de Anielle, a mulher exuberante, a militante dedicada, a parlamentar ativa, o ser humano rebelde.

Nascida de um povo desde sempre oprimido e renegado por sua cor, gênero, orientação sexual, endereço, classe social, Marielle não se conformava com as violências e as desigualdades produzidas cotidianamente contra a sua gente pelo racismo estrutural, pelo Estado submisso aos interesses do capital. Contra a brutalidade na

política, Marielle erguia a voz e afirmava: “não vou ser interrompida”. E não foi. Jamais permitiremos que seja.

Eleita vereadora em 2016 no Rio de Janeiro, com mais de 46 mil votos, Marielle era ponta de lança de um movimento que nacionalmente destacou-se por um levante de mulheres negras cansadas da sub-representação na política. O seu feminicídio político nos impôs a tarefa de concretizar no Parlamento o grito de milhões de mulheres mundo afora. Não seríamos interrompidas. Não fomos.

“Enquanto não houver solução para esse feminicídio político, não podemos afirmar que vivemos numa democracia plena e saudável.”

Não tivemos direito ao luto. Sete meses depois do crime, fomos eleitas para o Parlamento federal e para o estadual no Rio de Janeiro. Ocupamos comissões importantes, assumimos a liderança de nossas bancadas, erguemos nossa voz. Enfrentamos, além do racismo cotidiano no Congresso e na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), a violência política expressa em ofensas diárias, difamações, desinformações, ameaças e ataques à nossa integridade moral e à própria memória de Marielle.

Um fato específico demonstrou, em 2018, o perigo representado pelo ideário fascista daqueles que comemoraram o feminicídio político de Marielle. Bolsonaroistas fluminenses foram eleitos como deputados no âmbito federal, estadual e também para o governo do Estado, com votações estrondosas, mesmo depois de terem quebrado a placa de rua feita em homenagem à Marielle, fato que teve ampla visibilidade por meio da imprensa e das redes sociais. Pedacos da placa destruída foram ostentados como um troféu mórbido que depois os parlamentares mandaram emoldurar e pendurar em seus gabinetes do ódio. Alegaram ter agido em nome da ordem. Da ordem fascista, faltou dizerem.

Podemos parecer repetitivas, mas, infelizmente, demasiadamente atuais quando denunciemos o encarceramento e o genocídio negro, os feminicídios, as desigualdades de gênero, raça e classe, a miséria, a fome, o racismo ambiental e, não menos grave, a violência política racista e de gênero que, cotidianamente, tenta impedir que nós mulheres pretas socialistas ocupemos a política historicamente dominada por uma maioria de homens brancos, com origem social nas oligarquias fisiológicas e clientelistas brasileiras ou a serviço destas.

Nas redes sociais, somos agredidas de forma preconceituosa e ameaçadas com o uso de robôs digitais, ou por aqueles que os imitam, em efeito manada, na linguagem chula usa-

da como arma virtual pela extrema direita. No parlamento, enfrentamos calúnias, difamações e até mesmo ameaças de perda de mandatos, como no caso em que, aos quatro meses de trabalho de Alerj, eu, Renata Souza, enfrentei e superei um pedido de impeachment feito pelo governador Wilson Witzel, em represália à denúncia, então feita por mim à ONU, da existência de operações policiais com disparos feitos de helicópteros contra comunidades periféricas. Recém-chegada ao Congresso, eu, Talíria Petrone, recebi da Polícia Federal informações de um plano tramado na deep web para me matar e depois, via Disque Denúncia, soube de um outro plano de assassinato contra mim por parte das milícias, e precisei passar um ano sem pisar no Rio de Janeiro por recomendação de segurança. Ambas, até hoje, já em segundo mandato, precisamos confiar as nossas vidas aos agentes responsáveis por nossa escolta 24 horas.

Somos mal-vindas na política porque ameaçamos o status quo, porque empunhamos as mesmas bandeiras que um dia foram abraçadas de coração, corpo e alma por Marielle. Quando erguemos a voz e a cabeça, percebemos as caras e bocas de repulsa à nossa ousadia de ocupar a política com os nossos corpos e as pautas e reivindicações de gente preta. Somos vistas como insolentes.

Não tem sido fácil prosseguir nesse terreno minado por um projeto político retrógrado e reativo a pautas centrais para nossas vidas, um projeto ini-

migo das mulheres, do povo preto, dos indígenas, da classe pobre e da própria mãe natureza. Por mais de uma vez, perguntaram-nos se pensamos em desistir, ou de onde tiramos as forças para insistir. Não há respostas fáceis. Somos mulheres comuns, com sonhos, planos pessoais, famílias, filhos - como Moana Mayalú e o recém-nascido Kaluanã Sol, de Talíria -, gestados e criados no ritmo das lutas, ao som dos megafones e das palavras de ordem por mais democracia, contra a exploração, as desigualdades e o extermínio do nosso povo e do meio ambiente, em defesa dos nossos direitos reprodutivos, por liberdade e por uma resposta sobre quem mandou matar Marielle e por quê. Seguimos por Marielle, nossa amiga, irmã. Seguimos por todas nós.

Para nós, não há alternativa além de seguir em frente no movimento da ocupação da política, não com a ilusão de que ocorrerá a partir do parlamento alguma mudança estrutural na vida cotidiana das maiorias exploradas. Sabemos muito bem, no entanto, que ocupar esse espaço faz uma diferença concreta. Agora mesmo, por exemplo, tramita um Projeto de Lei que busca proibir o aborto em casos de estupro. Não podemos permitir tamanho retrocesso. Mas é das ruas, das favelas, da periferia, do povo organizado e mobilizado para a luta que vem a nossa força para deter ameaças como essa, e para defender e conquistar direitos, os quais não foram obtidos em acordos fechados em gabinetes da branquitude.



© Renan Olaz/CM-RJ

Marielle Franco, eleita pelo PSOL e quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro em 2016, cruelmente assassinada em 14 de março de 2018

gualdade que nós mulheres enfrentamos em todos os espaços desta sociedade estruturada na lógica do patriarcado racista. Enfrentamos a tripla jornada, recebemos os menores salários, somos a minoria nos postos de comando. Homens estupram uma mulher a cada oito minutos e cometem quatro feminicídios por dia no Brasil. Nos feminicídios, a maioria dos algozes é um companheiro, namorado ou marido que não aceita um pedido de separação, não toleram a liberdade e a autonomia das mulheres. No caso do feminicídio político de Marielle, cometido no Mês das Mulheres, cinco anos após o crime, a própria falta de respostas funciona como denúncia do poder daqueles que até hoje se mantêm no anonimato e em liberdade sob o silêncio e a proteção de muitos.

Enquanto não houver solução para esse feminicídio político, não podemos afirmar que vivemos numa democracia plena e saudável. A justiça por Marielle é também a justiça pelo suor e o sangue de cada brasileira preta, indígena, favelada, periférica, jovem, adulta ou idosa, com ou sem necessidades especiais, LGBTQUIAPN+ ou não, que ainda precisa lutar para tentar viver de cabeça e voz erguidas neste Brasil do século 21, ainda tão racista e patriarcal. ■

Não vamos conseguir derrotar as graves desigualdades brasileiras em conversas regadas a cafezinhos com nossos opressores. Será sempre com muita luta e pressão social que conseguiremos mudar a vida. Foi assim que há apenas 91 anos as mulheres obtiveram o direito ao voto no Brasil. E as pretas analfabetas ainda tiveram que esperar até 1985 para participar das eleições.

Fomos as mulheres com a maior votação da história da esquerda no Rio de Janeiro em 2022, eu, Renata, com

174.132 votos, quase o triplo em relação à primeira eleição, e eu, Talíria, com 198.548, cerca do dobro de 2018. A nossa responsabilidade tem o tamanho dessa votação. O déficit de representação das mulheres pretas na política é um desafio e tanto. No Congresso, não passamos de 2% as mulheres negras eleitas em 2022. Na Alerj, entre 70 deputados, somos 15 mulheres, das quais cinco são pretas.

Essa prevalência da desigualdade de gênero e de raça no Parlamento expõe a desi-



© Eneas de Troya/Flickr

FRANCIA MÁRQUEZ: da luta pelas comunidades negras à vice-presidência da Colômbia



Geinne Monteiro de Souza Guerra

Geógrafa, Professora do Ensino Básico, Pesquisadora - Ativista do Movimento Negro e Mestranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

Francia Márquez tornou-se a primeira mulher negra a ocupar o topo do poder

executivo de seu país, como vice-presidenta no mandato de 2022–2026, ao lado do pre-

Francía é vice-presidente da Colômbia. Além disso, é líder social, ativista ambiental, defensora dos direitos humanos, feminista e advogada

sidente Gustavo Petro. A coalizão Pacto Histórico saiu vitoriosa na eleição de junho de 2022 com 50,44% dos votos, o que representou o apoio de cerca de 11,2 milhões de eleitores que escolheram pela primeira vez na história da Colômbia um governo de esquerda (DAMACENO, 2022a).

Antes disso, Francía foi a terceira candidata à presidência mais votada no primeiro turno¹, junto ao partido Polo Democrático Alternativo, com mais de 783 mil votos, o que seria equivalente a 14% do eleitorado. A mobilização em torno dela foi tão forte, que sua votação foi superior à do candidato de centro, Sergio Fajardo. Por consequência, Gustavo Petro, que foi o mais votado, não teve outro caminho a não ser chamá-la para ser sua vice-presidenta, caso contrário, ele não teria conseguido ganhar as eleições no segundo turno. Quando a perguntaram a Marquez sobre o motivo da sua candidatura, ela respondeu que escolheu concorrer ao cargo “porque nossos governos deram as costas ao povo, à justiça e à paz”² e também que seu maior temor “é que as pessoas continuassem elegendo os mesmos que perpetuam a violência”³. (LOIAZA, 2022).

Francía Elena Márquez Mina, que prefere ser chamada pelo

seu nome completo, para que os sobrenomes da sua mãe e suas/seus ancestrais sejam lembradas/os, nasceu no dia 1 de dezembro de 1981, no povoado de Yolombó, em uma montanha ladeada por dois rios na cidade de Suárez, departamento de Cauca, localizado ao sudoeste da Colômbia. Criada por sua mãe junto com mais 11 irmãos, quando criança sonhava em ser cantora, bailarina, atriz e até antropóloga cultural, pois tinha vontade de conhecer a fundo sua cultura e as raízes africanas. Acabou, porém, estudando Direito e dedicando-se às artes e às lutas (CÓRDOBA, 2022). Mãe solo, engravidou aos 16 anos do seu primeiro filho e aos 21 anos de sua filha, e assim se viu obrigada a trabalhar nas minas de ouro e como empregada doméstica para sustentar sua família (DAMACENO, 2022b).

De acordo com a sua biografia,⁴ Francía aprendeu com suas avós e avôs sobre a importância de suas raízes ancestrais com o cuidado e o cultivo da terra, e assim cresceu e se fortaleceu como mulher negra e afrodescendente, com valores, princípios e saberes ancestrais em um país extremamente racista.

“Sou parte de uma história de luta e resistência que começou com meus ancestrais trazidos em condição de escravidão. Sou parte da luta contra o racismo estrutural, sou parte daqueles que lutam para seguir parindo a liberdade e a justiça” (MÁRQUEZ apud MELLO, 2022).

Desde de cedo, Márquez conseguia mobilizar as mulheres de sua comunidade para sair às

ruas e reivindicar seus direitos. Entre 2010 e 2013 foi presidenta da Associação de Mulheres Afrodescendentes de Yolombó e em 1997 passou a integrar um dos movimentos negros mais importantes da Colômbia, o Processos das Comunidades Negras (PCN) e mais recentemente, em 2020 formou-se em Direito pela Universidade de Santiago de Cali, com o objetivo de fortalecer a luta com seu conhecimento (CÓRDOBA, 2022).

“Me tornei uma ativista no processo de comunidades negras onde aprendi a me reconhecer como mulher negra, a reconhecer meu cabelo, minha negritude, com orgulho, porque esse país nos fez sentir vergonha, nos fez sentir que somos responsáveis pelos infortúnios que tivemos que viver” (MÁRQUEZ apud LOAIZA, 2022).

A região em que Francía nasceu é marcada por conflitos entre o narcotráfico e os paramilitares, além da exploração ambiental por parte das transnacionais, principalmente da indústria de mineração. Por ter crescido vendo o garimpo ilegal destruir a mineração artesanal, pesca, agricultura e todo o sistema produtivo natural de sua comunidade, Márquez passou a denunciar os projetos extrativistas. Aos 15 anos de idade, no final dos anos 1990, ela participou ativamente da denúncia sobre os efeitos do megaprojeto de extensão de uma barragem no rio Ovejas (DAMACENO, 2022b). Mas foi em 2009, por conta da mineração, diante da ameaça de despejo à comunidade La Toma de Suárez, que Francía teve que assumir uma

posição mais direta como liderança comunitária.

Organizou então uma ação para denunciar as atividades das transnacionais que estavam contaminando o Rio Ovejas com mercúrio, afetando toda a sua comunidade que ali pescava. Como o pedido foi negado duas vezes, ocorreram diversas mobilizações de resistência sob a liderança de Francia. E apenas em 2013, com grande pressão popular, a Corte Suprema de Justiça concedeu reparação coletiva para 27 conselhos comunitários da região afetada pela mineração (MELLO, 2022).

Nesse contexto, ela passou a ter maior visibilidade como representante legal do conselho comunitário de La Toma e as universidades começaram a chamá-la para dar palestras. Foi nesse momento que passou a receber as primeiras ameaças de morte e, ao escapar de

uma tentativa de assassinato, foi obrigada a fugir com os dois filhos para outra cidade em 2014. Infelizmente, não foi a última tentativa e sobreviveu a mais outras três tentativas, o que a fez se tornar uma das vozes mais atuantes contra as políticas de morte (ALVES, 2022).

Francia também liderou a Marcha dos Turbantes, na qual 70 mulheres saíram de La Toma rumo à Bogotá, para exigir do governo a titulação coletiva de terras. Em 10 dias, andaram mais de 600 quilômetros e chegaram ao destino final mais de 80 mulheres e 30 jovens usando turbantes na cabeça (ALEJO, 2021). Protestaram em frente ao Ministério do Interior por quase 20 dias, obrigando o governo a expulsar as fazendas ilegais ao redor do rio Ovejas.

Quando perguntaram à Márquez qual foi sua motivação para não desistir dessa mo-

bilização, respondeu que seu maior medo é que as pessoas parem de lutar por seus direitos e desistam de mudar a política (ALEJO, 2021). Foi por conta dessa ação que ela teve uma visibilidade mundial e ganhou o Prêmio Goldman, em 2018, conhecido como o “Prêmio Nobel do Meio Ambiente”.

Márquez andou pelo país, na campanha para a Presidência, citando a importância de “Viver sabroso” (viver de forma saborosa), com o intuito de fazer referência à filosofia de vida das comunidades e dos movimentos negros do Afro-Pacífico colombiano. Como ela mesma explicou, viver sabroso se refere a viver sem medo, com dignidade e com garantia de direitos. Ligada à filosofia Ubuntu, de origem Africana Bantu que significa “sou porque nós somos”, colocou no centro do debate políti-

co a importância de dignificar a política e tornar visível “os ninguéns”: “venho do território dos ninguéns, venho de territórios esquecidos em termos de investimento social, mas violados por uma política de morte”. Assim, Francia Márquez, vem denunciando e combatendo, da luta pelas comunidades negras à vice-presidência, as desigualdades raciais, sociais e de gênero, que historicamente foram produzidas de forma violenta pelos muros coloniais da sociedade colombiana. ■

Notas

- 1 Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/06/negra-e-mulher-francia-marquez-quebra-paradigmas-ao-chegar-a-vice-presidencia-da-colombia.ghtml> > Acesso em 07 mar. 2023.
- 2 Disponível em: < <https://www.terra.com.br/nos/quem-e-francia-marquez-a-ativista-que-se-torna-a-primeira-vice-presidente-negra-da-colombia,f3b0e46027819022a4875e5d0cca87061ggy0ao.html> > Acesso em 10 fev. 2023
- 3 Francia Márquez em entrevista [online] realizada por Carlos Mayorga Alejo. Disponível em < <https://mujeresypaz.poligran.edu.co/pdf/Francia-Marquez-entrevista.pdf> > Acesso em 10 fev. 2023.
- 4 Disponível em: < <https://www.francia-marquezmina.com/quienes-somos/> > Acesso em 10 fev. 2023.

Referências

- ALEJO, Carlos Mayorga. Mujeres guerreras que buscan la paz: entrevista com Francia Márquez. Unidad de Investigación Periodista, 2021. Disponível em: < <https://mujeresypaz.poligran.edu.co/Francia.html> > Acesso em 17 de fevereiro de 2023

- ALVES, Jaime Amparo. A esquerda colombiana e o governo das ninguéns. Brasil247,2022. Disponível em: < <https://www.brasil247.com/blog/a-esquerda-colombiana-e-o-governo-das-ninguens> > Acesso em 15 de fevereiro de 2023.
- CÓRDOBA, Willher Pino. Francia Márquez: das lutas sociais à vice-presidência da Colômbia. Disponível em: < <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/francia-marquez-from-social-struggle-to-the-vice-presidency-of-colombia/> > Acesso em 16 de fevereiro de 2023.
- DAMACENO, Waldir. A esquerda colombiana e libertação da afro latino américa. 2022b. Disponível em: < <https://www.brasil247.com/blog/a-esquerda-colombiana-e-libertacao-da-afro-latino-america> > Acesso em 15 de fevereiro de 2023.
- DAMACENO, Waldir. Eleição de Francia Márquez a vice presidenta da Colômbia se traduz na libertação da afro latino américa. 2022a. Disponível em: < <https://www.brasil247.com/blog/eleicao-de-francia-marquez-a-vice-presidenta-da-colombia-se-traduz-na-libertacao-da-afro-latino-america> > Acesso em 15 de fevereiro de 2023.
- LOAIZA, Melissa Velásquez. Quem é Francia Márquez, vice-presidente eleita da Colômbia. CNN Bogotá, 2022. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-francia-marquez-vice-presidente-eleita-da-colombia/> > Acesso em 20 fevereiro de 2023.
- MELLO, Michele. “Quem é Francia Márquez, a primeira mulher negra vice-presidenta na Colômbia? Advogada, ativista ambiental, mãe solo, Francia representa a cara colombiana excluída dos espaços de poder”. Brasil de Fato. São Paulo, 2022. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/20/quem-e-francia-marquez-a-primeira-mulher-negra-vice-presidenta-na-colombia> > Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

Francia Márquez, vice-presidenta da Colômbia, em encontro com Anielle Franco, Talíria Petrone, Benedita da Silva e demais lideranças femininas, em debate sobre a presença de mulheres negras na política, ocorrido durante visita ao Brasil, em 2022



© Mayara Donaria

SÔNIA GUAJAJARA

É PRECISO “REFLORESTAR-MENTES”



Joselicio Junior

Jornalista, mestrando em Mudança Social e Participação Política – EACH – USP, Diretor Editorial da Dandara Editora, militante do Círculo Palmarino e Editor-chefe da Revista Socialismo e Liberdade.

Com o compromisso de aldear a política Brasileira, Sonia Guajajara foi eleita deputada federal do PSOL por São Paulo, com uma votação histórica e a convite do presidente Lula assumiu o inédito Ministério dos Povos Indígenas. Logo de partida teve o desafio de enfrentar a crise humanitária vivida pelos Povos Yanomami fruto do garimpo ilegal no Estado de Roraima. Sonia nos recebeu em seu gabinete na Esplanada

dos Ministérios e falou sobre a contribuição dos Povos Indígenas no debate das urgências climáticas. A ministra nos alerta para a necessidade de repensar a nossa relação com a natureza com a proposta de “reflorestar-mentes”. Além disso trouxe os desafios do Ministério que está em construção, a importância da participação das mulheres indígenas na política e o que ela pode testemunhar in loco na crise Yanomami.

© Katie Maehler/APib



Perfil

Nascida em 6 de março de 1974, na Terra Indígena Araribóia, no estado do Maranhão, Brasil, Sonia Bone de Sousa Silva Santos, conhecida como Sonia Guajajara, é indígena do Povo Guajajara/Tentehar. Desde muito jovem é ativista defensora dos direitos indígenas e dos direitos socioambientais e agora tornou-se a primeira mulher indígena a ser nomeada ministra de Esta-

do, do primeiro Ministério dos Povos Indígenas, do Brasil.

Graduada em Letras e Enfermagem, fez pós-graduação em Educação Especial e destacou-se por sua luta pelos direitos dos povos originários e pelo meio ambiente. Em 2018 Sonia Guajajara foi candidata a vice-presidência da República na chapa do PSOL, junto a Guilherme Boulos, abrindo a discussão dentro do movimento indígena para a importância

Sônia Guajajara na Jornada Sangue Indígena: Nenhuma Gota a Mais

de ocupar a política. Em 2022, atendendo ao chamado da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, assumiu o compromisso de aldear a política brasileira, lançando, junto a outras candidaturas indígenas, sua campanha à deputada federal pelo estado de São Paulo, tornando-se a primei-

ra deputada indígena eleita no estado e a indígena com a maior votação da história.

▪ **Joselicio Junior** *Sônia, a senhora tem afirmado que os povos indígenas representam 5% da população mundial e são responsáveis pela proteção de 82% da biodiversidade. Diante desse momento histórico, no qual a questão ambiental vem ganhando um grande espaço a partir do debate sobre as mudanças climáticas, qual é a grande contribuição dos povos indígenas para pensar um outro modelo civilizatório, um outro projeto de sociedade?*

▪ **Sônia Guajajara** Estamos vivendo um momento ímpar de participação indígena nos espaços de governo, foram 523 anos para a gente poder chegar nesse aldeamento da política. Ano

passado a gente lançou esse projeto, Aldear a Política, e a ideia era eleger uma Bancada do Cocar no Congresso Nacional. Conseguimos essa vitória com a minha eleição por São Paulo, com a Célia Xacriabá, por Minas Gerais, e a Bancada do Cocar se formou, mas a gente resolveu espalhar essa Bancada. Então hoje ela está no Congresso Nacional e no executivo, aqui no Ministério dos Povos Indígenas. Além de ser um ministério inédito, é uma forma também de começar uma reparação em relação à negação de direitos, à invisibilidade planejada dos povos indígenas durante todos esses anos. O momento é de protagonismo dos povos indígenas, mas é um momento também que marca esse novo tempo da política indígena no Brasil. Agora não é

mais a política indigenista, mas política indígena, na qual temos indígenas elaborando, pensando, construindo e executando a política, então é a partir de nós mesmos. E uma coisa que temos trazido para esse debate público e para o centro das discussões dentro do governo é a necessidade do reconhecimento da conexão natural dos povos indígenas com o meio ambiente. Não tem como discutir proteção ambiental e superação da crise climática se não houver o respeito aos modos de vida dos povos indígenas e o cumprimento dos direitos dos povos indígenas. O mundo inteiro hoje está preocupado com a crise climática e o aquecimento global, buscando novas tecnologias para reduzir as mudanças climáticas, mas nós temos dito que não há como superar essa crise climática se não houver a demarcação dos territórios indígenas. A maior contribuição que a gente traz hoje, portanto, é essa urgência no entendimento do papel dos povos e territórios indígenas para o clima e para o planeta. Então, é demarcar e proteger territórios, garantir a segurança dos indígenas e as condições para fazer a gestão conforme as iniciativas próprias dos povos indígenas desses territórios.

▪ **JJ** *Ministra, desde as capitânicas hereditárias, passando por todo colonialismo, a formação da República até os dias de hoje, a ocupação e uso predatório da terra foi um motor da elite econômica, quais os caminhos para equilibrar esse jogo?*

▪ **SG** Estamos vivendo uma emergência no mundo. Falamos em emergência climática,

emergência civilizatória, emergência comunitária, mas se não houver essa consciência política, ecológica, ambiental, para a superação dessas emergências, a gente não vai conseguir sair dessa visão da economia pensada a partir da exploração dos recursos naturais. É preciso pensar a economia de outra forma, valorizar as diversas formas de produção. Temos que superar essa lógica do agronegócio baseada nas monoculturas e grandes pastagens, temos que superar essa perspectiva da grande escala na produção de alimentos e na agroexportação, e pensar na agricultura familiar, como subsidiá-la e apoiá-la, como apoiar as formas de coleta da natureza e o trabalho artesanal, que também é economia, né? A diferença é que hoje há uma forma de economia sustentável que é totalmente ignorada, porque o que se busca é atender essa demanda do capital, que é lucro e mais lucro, mas não se vê o benefício desse lucro para a população, pois quanto maior é o lucro das empresas, maior é a bolsa de valores, o PIB, mais se reduz o acesso da população [a essa riqueza]. Tanto que temos 3 milhões de pessoas com fome, 30 milhões de pessoas sem moradia, sem emprego. Como é que a gente faz para que essa renda, essa riqueza também seja usada pela maioria da população? É preciso pensar nessas diversas formas de economia, nas quais se busque um beneficiamento e uma comercialização regionalizada. E isso só vai acontecer a partir do reflorestar mentes. A marcha das mulheres indíge-

nas em 2021, que aconteceu em Brasília, lançou o projeto Reflorestar Mentas, que é essa nova consciência, de pensar uma sociedade mais igualitária, mais solidária, mais humana. Uma consciência que coloque no centro essa visão coletiva, ao invés só do lucro para poucos. Então, nós queremos trazer agora, neste governo, esse chamado para essa consciência, da produção agrícola sustentável tradicional dos povos indígenas, como parte dessa solução para superação da crise climática.

▪ **JJ** *Aproveitando essa janela histórica de abertura e visibilidade da luta indígena como podemos conectar essa luta com as trabalhadoras e trabalhadores espalhados no campo e nos grandes centros urbanos do país?*

▪ **SG** A partir dessa compreensão da origem das coisas. Eu acho que todo mundo, as trabalhadoras e os trabalhadores da cidade, precisam conhecer qual é o caminho e a origem da água que chega até a cidade. Por que tem água na cidade? É preciso fazer a conexão com o modo de vida dos povos indígenas hoje, nessa relação com a natureza que mantém a floresta em pé e que garante a chuva, que garante que a água chegue lá, que garante o ar pra todo mundo. Então, acho que as pessoas conseguem pensar nessa conexão, o quanto que os povos indígenas prestam um grande serviço para as pessoas e para o planeta a partir desses elementos essenciais à vida. E se somos nós, povos indígenas, que hoje protegemos 82% da biodiversidade viva no mundo, é importante

Posse da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, no Palácio do Planalto, em Brasília



© Valtter Campanato/Agência Brasil

pensar que se essa biodiversidade não estiver viva, será que eu consigo ser autossuficiente para garantir a minha vida? Não. Então, é preciso pensar os povos indígenas como pessoas que não só se beneficiam do seu modo de vida, mas promovem um benefício muito coletivo, que chega para todo mundo. Agora é hora de valorizar esse modo de vida, hora de conectar essas diferentes lutas, essas diferentes frentes de trabalho, porque sempre fomos nós os mais marginalizados, os indígenas, negros, periféricos, e somos a maioria. Então a gente tem força para conectar essas lutas e apresentar ao mundo esse projeto mais civilizatório, humanitário e consciente, visando o bem comum, pensando na água, no ar, no clima, a própria Terra, e em como podemos juntos mudar esse modelo predatório de exploração.

▪ **JJ** Neste momento histórico em que vivemos, o que representa a constituição de um Ministério dos Povos Indígenas?

▪ **SG** Na verdade, o Ministério é uma demanda antiga. Buscando esse histórico do movimento indígena vimos que ainda na década de 1980, quando Mário Juruna foi o primeiro deputado federal indígena, ele já apontava que era necessário ter um Ministério Indígena. É claro que nunca houve esse debate mais aprofundado, porque foi uma proposição que não teve uma acolhida. Em 2001, no movimento indígena nacional, quando comecei a participar, já se discutia também essa necessidade de ter um Mi-



nistério dos Povos Indígenas e mais uma vez essa pauta não foi acolhida. Não saiu dali da nossa decisão enquanto uma conferência nacional. Em 2022, no acampamento Terra Livre, acampamento que já é considerado a maior assembleia dos povos indígenas do Brasil e a maior mobilização indígena no mundo, a gente apresentou

uma carta ao presidente Lula quando ele ainda estava em pré-campanha, e ali eu disse diretamente para o presidente Lula que a gente queria agora, neste novo governo, ocupar espaços estratégicos em ministérios como Cultura, Educação, Saúde, Justiça, Meio Ambiente. O presidente Lula falou: vou fazer melhor, vou criar o Mi-

o Ministério é uma demanda antiga. Buscando esse histórico do movimento indígena vimos que ainda na década de 1980, quando Mário Juruna foi o primeiro deputado federal indígena, ele já apontava que era necessário ter um Ministério Indígena

nistério dos Povos Indígenas. Quando ele falou isso, a gente abraçou muito a ideia. O presidente Lula falou isso durante toda sua campanha, falou depois de eleito, falou no discurso da vitória, falou na posse, falou na COP no Egito, então a gente já foi se apegando a essa ideia e já começando a pensar em como seria esse Ministério. O presidente Lula cumpriu esse compromisso e reconhecemos muito esse feito do presidente, que virou uma marca, agora para sempre junto do presidente Lula, por ter cumprido e por ter já de imediato dada essa autonomia para a gente compor e estruturar nossa equipe, com as nossas bandeiras. Ele tem se mostrado muito comprometido, me cobra o mapeamento das terras indígenas no Brasil. Ele falou que quer demarcar as terras indígenas, então nós continuamos trazendo para cá aquilo que era bandeira prioritária do movimento indígena; agora este Ministério terá esse poder de execução. Essa bandeira da demarcação das terras indígenas está agora com 14 processos. Há um estudo concluído e que está pronto para homologação. Nesses quatro anos do governo Bolsonaro houve uma paralisação total

da demarcação das terras indígenas. Então a primeira coisa que a gente fez aqui foi retomar esses processos demarcatórios, atualizar todos os que estão para homologação, que estão para portaria declaratória, porque o processo demarcatório tem várias etapas, então, estamos mapeando essas etapas para poder dar uma celeridade. Então, nesse primeiro momento, [a tarefa] é retomar a demarcação de territórios, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Justiça para garantir a proteção desses territórios. Quando falo de proteção é em relação aos territórios demarcados e não demarcados, é garantir a segurança dos indígenas dentro de territórios, considerando esse aumento da violência, que foi inclusive incitada nos últimos quatro anos pelo governo Bolsonaro. Precisamos dar um basta nessa violência nos territórios indígenas e estamos nessa parceria com o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal, com o Ibama, para fazer a fiscalização e monitoramento, para garantir a proteção dos territórios e também a segurança dos indígenas dentro desses territórios. E nós estamos agora retomando o CNPI, que é o Conselho Nacional de Política Indigenista, que foi totalmente desmontado com a extinção dos espaços de participação popular e do comitê gestor da PNGATI, que é a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas e esses dois espaços estarão dentro do Ministério e aí começaremos a implementar essa

“Somos nós, povos indígenas, que hoje protegemos 82% da biodiversidade viva no mundo.”

“A marcha das mulheres indígenas em 2021, que aconteceu em Brasília, lançou o projeto Reflorestar Mentes, que é essa nova consciência, de pensar uma sociedade mais igualitária, mais solidária, mais humana.”

política, que foi assinada ainda no governo Dilma e esteve paralisada nesses últimos seis anos, e agora a gente retoma as condições para implementar a PNGATI. E temos um desafio para conseguir montar toda a nossa equipe, estruturar as nossas secretarias, mas nós estamos muito animados e com vontade de fazer dar certo.

▪ **JJ** *O Brasil ficou chocado com as cenas do povo Yanomami, a senhora ficou vários dias na região de Roraima. O que a senhora pode ver de perto e quais os principais desafios para enfrentamento dos problemas lá?*

▪ **SG** A questão dos Yanomami é a pontinha do iceberg da realidade indígena no Brasil hoje. Foram quatro anos de total abandono ou até um genocídio programado para extinguir os povos e os territórios, diante das propostas de arrendamento de terras e de agronegócio nos territórios indígenas. Então foi um momento de muita turbulência e agora os Yanomami nos revelam uma pontinha desses problemas; por mais crítica que seja a situação ali, por mais que seja uma calamidade absurda, uma crise humanitária e sanitária, é uma amostra do abandono desses quatro anos, de problemas que foram se acumulando e explodiram nos últimos oito meses. A raiz de tudo isso é sem dúvida nenhuma o garimpo, incentivado e apoiado pelo governo Bolsonaro, inclusive por conta de sua trajetória pessoal. Ele tinha esse compromisso, era uma liberação aberta, escancarada para entrada dos garimpeiros e uma

conivência com empresários, com políticos, com parlamentares que têm todo esse envolvimento direto com essas atividades garimpeiras. Acho que é muito importante agora atacar a raiz, retirando os garimpeiros dali, acabando com essa atividade garimpeira do território, mas é importante fazer essa investigação para chegar nos verdadeiros culpados, quem são os donos dos garimpos ou quem financia o garimpo, que certamente não é o garimpeiro que está lá trabalhando no dia a dia. É preciso retirá-los dali, mas é preciso essa investigação mais profunda para responsabilizar quem realmente provocou essa crise. E aí o governo Bolsonaro teve essa conivência, que não foi escondida, ele falava abertamente disso e o estrago no território Yanomami é totalmente inaceitável. É inaceitável o tamanho de cada garimpo, a quantidade de pessoas, o envolvimento dos garimpeiros com os indígenas, o abuso que teve ali com meninas, o alcoolismo, a prostituição, as doenças que chegaram ali como consequência da presença do garimpo. Então, durante esses dias que eu fiquei ali, eu pude observar uma situação de guerra. Eu me senti ali no meio de uma guerra, helicópteros subindo, helicóptero descendo, era rádio, família chamando pra atender um pedido de socorro de uma criança que estava morrendo, era outra comunidade pedindo para levar alimento, era outra chamando para levar os indígenas para casa. Foi indígena baleado, foi indígena morto.

© @gabrieirquintao e @sampaio_foto



Eu fiquei seis dias em Roraima, entre Boa Vista e as aldeias, e presenciei essas cenas a todo momento, uma situação de uma mini guerra fatal, e os Yanomami em uma situação de muita insegurança. Com o garimpo ali dentro eles param de produzir seus próprios alimentos. É inseguro andar no território porque se deparam com garimpeiros a todo momento. Há também a contaminação da água com Mercúrio. Eles não podem consumir aquela água, não podem tomar banho, uma situação dramática. Ali tem malária, criança com diarreia, com verminose, contaminação de mercúrio, desnutrição, tudo

em situação crônica. É importante a pessoa entender o que realmente está acontecendo ali porque por mais que você leia as matérias, as notícias, você não consegue ver a metade do problema, não consegue, é muito pior lá dentro. Então, logo que foi detectada essa situação, o Ministério da Saúde decretou uma situação de emergência e o presidente Lula fez uma visita presidencial lá, com ministros e ali várias ações foram deflagradas logo de cara. O Ministério da Saúde mandou a força nacional do SUS para lá com equipes para fazer o diagnóstico dessas crianças, dos adultos que estavam com

A questão dos Yanomami é a pontinha do iceberg da realidade indígena no Brasil hoje. Foram quatro anos de total abandono ou até um genocídio programado para extinguir os povos e os territórios

baixo peso. As cestas básicas foram distribuídas também de forma emergencial, logo no início para poder garantir o alimento, mas logo se entendeu que somente o alimento não era suficiente, era preciso um suplemento alimentar para poder reabilitar a nutrição dessas crianças. O Ministério do Desenvolvimento sustentável levou equipamentos para perfurar poços dentro das aldeias para poder garantir água potável para eles beberem, isso tudo era emergencial. Agora, os alimentos já estão sendo modificados porque aquelas cestas iniciais foram para suprir o momento, a fome, mas agora é o próprio PAA (Programa de

Aquisição de Alimentos) que está comprando alimentos da Conab, que está buscando dos produtores locais para oferecer a eles os alimentos que são do seu costume alimentar. Então ao invés de levar aquela cesta com alimentos como arroz, feijão, macarrão, sardinhas, estão levando abóbora, macaxeira, batata, melancia, que são o que eles comem e os alimenta bem.. Já mudou, então, essa composição dos itens, para os itens que são do costume alimentar deles. As crianças já estão recebendo atendimento médico e nutricional, já começaram a ganhar peso. Tem a operação para a retirada dos garimpeiros nessa articulação com o Ministério

Durante sua posse, em janeiro de 2023, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, discursa aos ouvintes no Palácio do Planalto, em Brasília



© Valter Campanato/Agência Brasil

da Justiça, a Polícia Federal, a Força Nacional, o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama e a Funai. A operação destruiu os equipamentos e os garimpos, e o espaço aéreo e também fluvial foi liberado para os garimpeiros começarem a sair. Então liberou nesse momento inicial a saída deles e aqueles que resistem vão ter que ser presos. Infelizmente quem resistir a uma decisão de retirada vai ter que ser penalizado agora, porque tem essa consciência de que é uma atividade ilícita. Além da articulação interministerial, o presidente Lula tem conversado com o governador do estado para poder pensar uma política social que possa receber essas pessoas e evitar que vire um caos também na cidade. E aqui da nossa parte, estamos cuidando para fiscalizar todas as áreas de saída e evitar que eles saiam para outras terras indígenas, porque isso já está acontecendo, mas a gente precisa agora cuidar para evitar essa transferência de problema, ou seja, a gente tirar de um lugar e eles comecem a prática do garimpo em outros lugares. Tem uma decisão judicial do STF, que não é de agora, que garantiu a retirada dos invasores do território Yanomami, do território Kayapó e do território Mundurukú. Então essas operações também já estão sendo organizadas.

▪ **JJ** *A senhora foi eleita deputada federal por São Paulo com mais de 150 mil votos, temos a Célia Xakriabá por Minas, a Joenia Wapichan na presidência da Funai, qual a importância das*

mulheres indígenas assumindo o protagonismo na política?
- **SG** Olha, é o resultado desses anos todos de luta, de resistência, que a gente tem feito no Brasil. As mulheres indígenas sempre foram muito invisibilizadas, em muitos casos por uma própria questão cultural que não permitia às mulheres assumir o espaço de liderança, de decisão, mas nós estamos num momento em que as mulheres estão em ascensão no mundo inteiro, estamos assumindo muitos protagonismos e nós, mulheres indígenas, não podíamos estar de fora. É muito importante esse protagonismo das mulheres indígenas, considerando que somos de povos distintos, de pontos diferentes e alguns [povos] ainda não permitem [a atuação política das mulheres], então a gente serve também de motivação para influenciar outras mulheres também a superarem o machismo, a enfrentar e assumir diversos papéis. Afinal de contas, estamos num momento em que as mulheres podem assumir qualquer função e ocupar qualquer espaço, e acho que hoje ter um Ministério com uma ministra indígena, ter a Funai com a primeira mulher indígena presidenta, ter o parlamento com uma Bancada do Cocar, com mulheres indígenas, marca um novo momento. Um novo momento da participação das mulheres nesses diversos espaços. É um ano que marca, mas que também abre caminhos para que muitas outras mulheres possam chegar. ■

“Nós estamos num momento em que as mulheres estão em ascensão no mundo inteiro, estamos assumindo muitos protagonismos e nós, mulheres indígenas, não podíamos estar de fora.”

O BRASIL QUE PODEMOS SER



Camila de Caso

Mestranda em desenvolvimento econômico pela Unicamp

O Brasil fechou 2022 com uma profunda divisão na sociedade. De um lado, o Brasil da “União e Reconstrução”. De outro, o Brasil raivoso de uma extrema direita que demonstrou sua capacidade de organização e mobilização no 8 de janeiro de 2023. Não há tempo e nem espaço para neutralidade. O cenário encontrado para os que sonham em transformar o mundo é desolador e os desafios são imensos. Cabe agora analisar a conjuntura e organizar a reconstrução do Brasil.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, discursa na posse de Aloysio Mercadante na presidência do BNDES, no Rio de Janeiro

© Tomaz Silva/Agência Brasil



O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9% no ano passado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O que a priori poderia soar como uma boa notícia, na verdade, esconde uma desaceleração econômica se olharmos não apenas a fotografia, mas o vídeo todo, principalmente pela contração no último trimestre. Em 2021, o PIB havia registrado crescimento de 5%.

Quando observada pela ótica da oferta, verifica-se crescimentos em Serviços (4,2%) e na Indústria (1,6%) e queda na Agropecuária (-1,7%). No entanto, houve perda de vigor da economia ao longo do ano, com forte recuo do nível de atividade no final de 2022. No quarto trimestre de 2022, o PIB registrou queda de 0,2% na margem (comparado ao último trimestre imediatamente) e desaceleração de 3,6% para 1,9% na comparação com mesmo trimestre do ano anterior. Pela ótica da demanda, observou-se alta de 0,3% no consumo das famílias e no consumo do governo e retração de 1,1% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). As exportações avançaram 3,5%, enquanto as importações caíram 1,9%.

A desaceleração acentuada do ritmo do crescimento da economia em 2022, com queda já observada no último trimestre, é resultado também de uma menor liquidez internacional e do ciclo contracionista da política monetária. O aumento dos juros somado à inadimplência crescente dificultou a tomada de crédito e os investimentos produtivos,

levando à retração da atividade industrial e da FBCF. Esse cenário foi parcialmente contrabalanceado pelo setor de serviços, estimulado por reajustes nos valores do programa de transferência de renda, no caso, o Auxílio Emergencial - evidenciando que políticas de transferência de renda têm alto efeito multiplicador na economia -, pela liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e pelo crescimento da massa salarial ao longo do ano. O crescimento das exportações, repercutindo principalmente o aumento nos preços das commodities, também colaborou positivamente.

O nível de endividamento das famílias não permite que tenhamos uma retomada econômica apenas disponibilizando mais crédito e que não passe também por uma reorganização das dívidas das famílias, como proposto pelo pacote econômico do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Nesse sentido, operar bancos públicos de acesso ao povo junto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para fomentar o investimento e a criação de formação bruta de capital fixo a fim de impulsionar a demanda interna brasileira será crucial e desafiador diante de um mercado financeiro melindrado.

Dentro dos instrumentos à disposição do Estado para condução da economia e transformação da sociedade há as políticas fiscal, monetária e cambial. A política fiscal é tida como uma das mais importantes pela capacidade de condução da

economia e crescimento da demanda. Nesse sentido, o atual governo aprovou ainda no período de transição a Emenda Constitucional 126/2022, a chamada “PEC da Transição”, que definiu dentre outras coisas a regra do teto de gastos criada pela EC 95/2016 será substituída por um novo arcabouço de regras fiscais, por meio de envio de Projeto de Lei Complementar (PLC) ao Congresso Nacional até agosto de 2023.

Como colocado por Borges, Resende e Pires, “o novo arcabouço fiscal deverá, por um lado, preencher a lacuna dos dispositivos que serão revogados e, por outro lado, ser coerente com os dispositivos mantidos na legislação vigente”.

Sem um novo arcabouço fiscal não será possível dar a dinâmica necessária que o Brasil precisa para recuperar a atração de investimentos a partir do crescimento da demanda interna. Infelizmente foram anos de destruição e é muito mais fácil destruir do que construir ou reconstruir. A boa notícia é que passamos pelo pior e qualquer mínimo investimento do governo federal em educação, saúde, construção civil - com a retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo -, e políticas de transferência de renda têm efeito multiplicador alto, gerando maior arrecadação futura. Para além dos efeitos capazes de serem mensurados, o projeto de União e Reconstrução do Brasil precisa dar certo para retirar o Brasil do mapa da fome e nos devolver a capacidade de sonhar. ■

PSOL AVANÇA NA REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NO CONGRESSO NACIONAL

Da Redação

A conquista da participação e do protagonismo das mulheres na política é fruto de uma luta histórica. Não é simples superar uma estrutura patriarcal, machista e misógina que busca determinar um lugar subalterno para as mulheres e produz profundas desigualdades econômicas, sociais, culturais que se veem refletidas na representação parlamentar.

Analisando o resultado das eleições, observamos que entre 2018 e 2022 houve um salto de 77 para 91 mulheres eleitas de-

putadas federais, o que representa apenas 17,7 % do total de 513 parlamentares da Câmara. Vale ressaltar que as mulheres são a maioria da população brasileira, em torno de 52%, portanto, há uma sub-representação.

Diante de uma sociedade diversa e bastante polarizada também vale destacar que nem todas as mulheres na política representam os anseios das lutas feministas pela emancipação das mulheres, com o avanço de pautas históricas como paridade de salários, combate

à violência, direito de decidir sobre o próprio corpo, dentre outras. Nesse sentido, é fundamental que a luta por representatividade esteja atrelada a um programa, a uma relação com os movimentos sociais e com as lutas populares.

Nessa perspectiva, o PSOL tem se destacado, apresentando resultados quantitativos e qualitativos interessantes. Já em 2018 quando o partido deu um salto em sua bancada elegendo 10 parlamentares para Câmara Federal, 50% foram mulhe-

res, sendo elas: Áurea Carolina (MG), Talíria Petrone (RJ), Fernanda Melchionna (RS), Luiza Erundina e Sâmia Bonfim (SP).

Já em 2022, a bancada federal subiu para 12 deputadas(os) sendo a maioria mulheres, 7 no total, incluindo 2 indígenas, formando a Bancada do Cocar, Célia Xakriabá (MG) e Sônia Guajajara (SP). Como Sônia foi nomeada ministra do Povos Indígenas, sua vaga foi assumida pela professora Luciene Cavalcante (SP). A bancada também foi formada por mulheres negras como Talíria Petrone (RJ) e a mulher negra trans Erika Hilton (SP). Fechando essa potente bancada temos Fernanda Melchionna (RS), Luiza Erundina e Sâmia Bonfim (SP). Também vale destacar Marina Silva, que assumiu o ministério do Meio Ambiente, e que foi eleita pela Rede, partido que conforma uma federação com o PSOL.

Como já ressaltamos não se trata apenas de mera representação quantitativa, essas mulheres representam um mosaico de lutas extremamente relevantes não só para o feminismo, mas para o conjunto da classe trabalhadora. Por meio delas se expressam as lutas indígenas, das negras e negros, da população LGBTQIAPN+, dos e das jovens, periféricos/as, trabalhadores/as formais e informais, ambientalistas e tantas outras.

A seguir fizemos um quadro com o breve perfil da bancada feminista do PSOL no Congresso Nacional.



Célia Xakriabá

Redes: @celia.xakriaba

Estado: Minas Gerais

Votos: 101.154

“Antes do Brasil da coroa, existe o Brasil do cocar”. Célia é do território Xakriabá, no Norte de Minas Gerais. É professora, mestra em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) e a primeira mulher indígena a entrar no doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Antropologia. Faz parte da Articulação Rosalino Gomes, presente no norte de Minas, e uma das fundadoras da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. Na Secretaria de Educação de Minas Gerais colaborou com a abertura de escolas indígenas e quilombolas e a reabertura de escolas do campo em todo o estado.



Erika Hilton

Redes: @hilton_erika

Estado: São Paulo

Votos: 256.903

Iniciou sua militância no movimento estudantil da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), onde fundou um cursinho pré-vestibular para mulheres trans e travestis. Em 2015, protagonizou uma grande mobilização online pelo direito de pessoas trans terem seu nome social impresso nas passagens de ônibus, após ter esse direito negado por uma empresa de transportes. Em 2016, se filiou ao PSOL e foi candidata a vereadora em Itu (SP), mas não se elegeu. Em 2018 foi eleita co-deputada pela Bancada Ativista. Em 2020, foi a mulher mais votada do país e se elegeu vereadora de São Paulo com mais de 50 mil votos. Dois anos depois, foi eleita deputada federal com mais de 250 mil votos.

Fernanda Melchionna

Redes: [@fernandapsol](#)
Estado: **Rio Grande do Sul**
Votos: **199.894**



Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pós-graduada em História do Brasil pela FAPA/RS. É bancária licenciada do Bannisul, banco público do estado do Rio Grande do Sul, e militante feminista, socialista e internacionalista. Começou sua atuação no movimento estudantil, foi uma das fundadoras do PSOL e elegeu-se vereadora em Porto Alegre (RS) em 2008, reeleita em 2012 e 2016, consagrando-se a parlamentar mais votada da capital gaúcha com mais de 14 mil votos. Em 2018, foi eleita deputada federal pelo Rio Grande do Sul. Foi candidata a prefeita de Porto Alegre em 2020, obtendo 5% dos votos e reeleita deputada federal em 2022 com expressivos 199.894 votos.

Talíria Petrone

Redes: [@talriapetrone](#)
Estado: **Rio de Janeiro**
Votos: **198.548**



Formada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Social. Deu aula em escolas e cursinhos populares da Maré, São Gonçalo e Niterói, no Rio de Janeiro. Milita no PSOL desde 2010 e foi eleita a vereadora mais votada de Niterói (RJ) em 2016. Em 2018, foi eleita deputada federal com a missão de levar adiante o legado de luta de sua amiga Marielle e de tantas mulheres negras que se veem representadas em seu mandato. Foi reeleita como a 3ª candidatura mais votada de todo o estado. No exercício do mandato deu visibilidade e mostrou a urgência de tratar a maternidade como ato político e apresentar propostas para que o direito das mulheres de serem mães seja respeitado em sua integralidade.

Prof. Luciene Cavalcante

Redes: [@proflucienecavalcante](#)
Estado: **São Paulo**
Votos: **49.131**



Formada em pedagogia na Universidade de São Paulo (USP) e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também é advogada, pesquisadora em Direito Educacional e conselheira do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem). Iniciou a sua carreira no magistério em 2000, como professora de Educação Infantil da rede municipal. Ao longo de sua carreira como educadora, também foi diretora de escola concursada por 10 anos e professora da rede estadual de São Paulo. Atualmente é professora e supervisora escolar concursada da rede municipal de São Paulo. Em 2022 foi candidata a deputada federal obtendo 49 mil votos, ficando como 1ª suplente. Assumiu o mandato com a nomeação das ministras Marina Silva e Sônia Guajajara.

Sâmia Bonfim

Redes: [@samiabomfim](#)
Estado: **São Paulo**
Votos: **226.187**



Formada em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), começou sua atuação política no movimento estudantil. Em 2016 foi eleita a vereadora mais jovem da cidade de São Paulo, sendo eleita deputada federal em 2018 e reeleita em 2022 com expressivas votações. Em 2021, com o nascimento do seu primeiro filho, notabilizou-se também na defesa da maternidade como direito, inclusive às mulheres parlamentares. Antes, as deputadas em licença-maternidade eram consideradas “faltosas” nos registros da Câmara dos Deputados. Sâmia precisou requerer à Mesa Diretora da Câmara que os painéis passassem a sinalizar quando uma parlamentar está de licença, um grande avanço no reconhecimento do direito pleno à maternidade.

A deputada Erika Hilton preside a sessão solene em homenagem a Marielle Franco, na presença de suas colegas de parlamento, Talíria Petrone, Célia Xakriabá, Profª Luciene Cavalcanti, Fernanda Melchionna e Sâmia Bonfim, presentes na cerimônia ocorrida no dia 15/03/2023, na Câmara dos Deputados, em Brasília



Bárbara Krauss

É jornalista formada pela UMESP e aprofunda o debate político em obras culturais desde 2017 nas plataformas do Youtube e Instagram no B de Barbárie

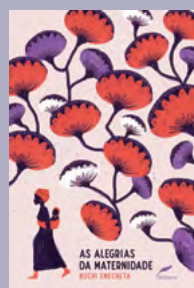


Há uma frase famosa na qual Octavia Butler confidencia: “eu comecei a escrever sobre poder porque era algo que eu tinha muito pouco”. Assim como a escritora, muitas mulheres fizeram da arte um campo de disputa narrativa e construção de no-

vas sociedades possíveis. Foi compreendendo que doenças se proliferam mesmo quando há guerra, que crianças nascem em períodos de ditadura e que o machismo segue presente entre aqueles que estão conosco na luta anticapitalista que essas artistas se descolaram do dito

universal. O equilíbrio entre sensibilidade e força é o que aproxima o espectador, independente de seu gênero, dessas narrativas que eu indico hoje como amostra do que podem as mulheres na arte.

LITERATURA



AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE
Buchi Emecheta

As alegrias da maternidade é uma obra da nigeriana Buchi Emecheta. Da vivência familiar coletiva na África ao abandono dentro do próprio lar ao se mudar para a capital, Lagos, acompanhamos a história de Nu Ego, seu marido e os filhos que sobreviveram e não sobreviveram.



KRAMP
Maria José Ferrada

“Kramp” é o livro de estreia da chilena Maria José Ferrada no terreno da ficção. Pelos olhos de M. acompanhamos a depressão de sua mãe que se arrasta desde a perda de um grande amor durante os anos da ditadura do Chile e o esforço do pai em encontros clandestinos na busca por esse homem.

VÍDEO



O PERDÃO
Maryam Moqadam

Dirigido e protagonizado por Maryam Moqadam, O perdão é um longa franco-iraniano que conta a história de Mina, uma mulher que nunca aceitou a sentença que levou seu marido à execução. Ela é informada de que o verdadeiro criminoso foi encontrado e luta contra o machismo e a burocracia estatal pelo reconhecimento público do Estado pelo erro cometido.



GRACIE E FRANKIE
Série de TV

Em um jantar de casais, os maridos de Gracie e Frankie revelam ser homossexuais e terem mantido uma relação extraconjugal por 20 anos. Mesmo se odiando, elas acabam morando juntas. Temas como o cotidiano de mulheres mais velhas, as dificuldades de locomoção e a manutenção de uma vida sexual são apresentados aos jovens espectadores com humor e respeito.

Márcia Wayna Kambeba

Índigena do povo Omágua/Kambeba, escritora, poeta, compositora, ativista de assuntos indígenas e ambientais. Mestre em Geografia pela UFAM, Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UFPA. Tem 5 livros publicados. Faz parte da Academia Internacional de Literatura Brasileira nos EUA.



MULHER INDÍGENA NA POLÍTICA

A cultura dos povos
Nessa terra sagrada
Cada dia violentada
Não é novidade para ninguém

Desde os tempos dos viajantes
Dos que se chamavam
bandeirantes
Nosso povo se esquiva
do invasor
Porque somos resistentes
caminhantes.

Abusaram da nossa
hospitalidade
Negligenciaram nossa amizade
Estupraram as ancestrais
E há quem se sinta

melhor que nós
Por viver na cidade
Em um ir e vir entre o
bem e a perversidade

As mulheres observavam
No silêncio do seu ser
Choravam, gritavam
Vendo a aldeia perecer

Hoje a violência continua
Mas os tempos mudaram
Novas matas desbravaram
Em busca de um novo amanhã

Mostrando que se
tem um sagrado
Que o choro do passado
Tornou-se força para
o esperar

É preciso saber caminhar
Nesse tempo desajustado
e apressado

A pena que fortalece o cocar
Precisa no Congresso ecoar
Buscar maneiras de minimizar
A dor que por gerações
se carrega
É tanta maldade e ganância
Mas o povo não se entrega

Lá vem as mulheres indígenas
Articuladas politicamente
Para reivindicar
Políticas públicas
para os povos
Na aldeia e na cidade
Porque a identidade
Levamos para todo lugar.

**MARIELLE PRESENTE!
RESISTÊNCIA**

A força de fazer mudanças
Na forma de ser e viver
Pensando em uma sociedade
Onde a justiça pudesse vencer

A política está no dia – a – dia
Na compra do café e do pão
No fortalecimento
das mulheres
No sorriso de cada cidadão

Assim caminhava
Marielle Franco
Mulher preta, mulher de fé
Postura firme e com clareza
Voz presente, potente
Ecoava com firmeza

Teu legado de luta
Levou muitas de nós a ocupar
Cadeiras no legislativo
Sem medo de denunciar
As violências sofridas
Teu sangue vamos honrar.

Tua caminhada de militância
Está escrito na história
Para que as novas gerações
respeitem tua memória.

Seguiremos ecoando
Marielle Presente! Resistência!
Agora descanse em paz!
Hoje és ancestralidade
A iluminar nossa mocidade
Nesse mundo de mortais.

BIBLIOTECA

Carolina Maria de Jesus



Venha conhecer a
nossa **biblioteca**



Endereço:

R. Silvio Sacramento, 146 - Pinheiros, São Paulo - SP, 05408-040
Funcionamento: 08h às 18h (Segunda a sexta-feira)
Contatos: (11) 3082-8060 / 11 91572-0613



**MARI
ELLE
FRAN
CO
NESSE
LUGAR**

A exposição *Marielle Franco - Nesse Lugar*, que ocorreu entre os dias 15 e 24 de março, na Câmara dos Deputados, em Brasília, resgata a produção e trajetória da mandata de vereadora, no Rio de Janeiro, que foi brutalmente interrompida com a sua execução em 2018. Além da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, o trabalho contou com a parceria do Instituto Marielle Franco e o apoio da liderança do PSOL na Câmara.

www.mariellenesselugar.flcmf.org.br

**5 ANOS DE LUTA
POR JUSTIÇA**